

REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa nº 23/2023

AUTOR: **DEPUTADO CLEITON CARDOSO**

ASSUNTO: “Autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de Auxílio Aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado do Tocantins.”

RELATOR: **DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, Projeto de Lei da Casa nº 23 de 2023, de autoria do Deputado Cleiton Cardoso, que: "Autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de Auxílio Aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito do Estado do Tocantins. ”

Na justificativa do projeto o parlamentar expõe que o presente projeto visa fazer com que o poder público acolha as mulheres vítimas de violência doméstica, concedendo um aluguel social para elas recomeçarem suas vidas em um ambiente longe do agressor.

A propositura foi distribuída à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para receber parecer acerca de sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, nos termos do art. 46, I, "a", combinado com o art. 73, I, do Regimento Interno.

O Processo foi distribuído à minha relatoria (fls. 08) para análise.

É o relatório.

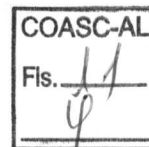
II – VOTO

De início, cabe destacar que em que pese a relevância e a nobreza da propositura, que visa beneficiar as mulheres vítimas de violência doméstica, esta apresenta vício de iniciativa, pois é incompatível com os preceitos da Constituição do Estado e da Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988, em sua alínea “b”, do inciso II, do § 1º do art. 61, dispõe que são de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo as Leis que disponham sobre a organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios.



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO



A Constituição estadual por simetria, reproduziu este regramento, no que era cabível. Destarte, a eventual ofensa a este Princípio pelo Poder Legislativo enseja o vício de inconstitucionalidade formal, em razão da indevida ingerência na esfera de competência exclusiva do Poder Executivo.

Para tal conclusão, basta conjugarmos os artigos 40, I; 40, XV; 27, §1º, II, b, da Constituição do Estado, vejamos:

Art. 40. Compete privativamente ao Governador:

I - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

XV - dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo;

Art. 27.(...)

§ 1º. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II - disponham sobre:

b) organização administrativa, matéria tributária e orçamentária e serviços públicos;

Portanto, diante do vício de iniciativa formal o projeto não se apresenta dentro da legalidade exigida, haja vista demandar sobre orçamento.

Sob o aspecto material, a instituição de novas ações governamentais pelo Poder legislativo e a imposição ao Poder Executivo para que proceda a sua execução, constitui manifesta violação ao princípio da separação de poderes previsto no art. 2º da Constituição Federal, reproduzido no art. 4º da Constituição Estadual.

Tal entendimento encontra-se consolidado no âmbito do Supremo Tribunal Federal, tanto é que é vedado aos parlamentares proporem emendas aos projetos de lei. Vejamos

“Inconstitucionalidade formal caracterizada. Emenda parlamentar a projeto de iniciativa exclusiva do chefe do Executivo que resulta em aumento de despesa afronta o art. 63, I, c/c o 61, § 1º, II, c, da CF.” [ADI 2.791, rel. min. Gilmar Mendes, de 24-11-2006 e ADI 4.009, rel. min. Eros Grau, de 29-5-2009].



Diante do exposto, em que pese a relevância do projeto, por apresentar óbices do ponto de vista jurídico, como a inconstitucionalidade formal por legislar matéria privativa do Executivo, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 23/2023.

É O PARECER.

Sala das Comissões, 04 de abril de 2023

Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) Prof. Junior Geo....., referente
ao(a) PL n° 23/2023....., na Reunião da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.

Encaminhe-se(a)(ao) Arquivo

Sala das Comissões, 11 de abril de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

MEMBROS SUPLENTES

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**